

O Pan que teremos!

Bruno Lopes*

A menos de um mês para o início dos Jogos Pan-Americanos ainda existem muitos pontos a esclarecer em relação à sua conturbada implementação. Do que fora anunciado em 2002, quando o Rio foi escolhido como sede para os Jogos, a maior parte do legado prometido não sairá do papel, muitas instalações ainda não estão finalizadas e o orçamento do evento aumentou em mais de 600%, sendo várias as despesas sem licitação. A CPI do Pan está para ser instaurada na Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas da União já apontou inúmeras irregularidades em todo o processo. Definitivamente, este não é o Pan que queríamos.

Entretanto, apesar de não ter cumprido as promessas no tocante aos legados nas áreas social, ambiental e de infraestrutura, em especial a linha 4 do metrô e o Transpan, a experiência deste Pan-americano deixa alguns legados para nossa Cidade.

É sobre isto que versa o primeiro texto deste informativo escrito pela Professora de Serviço Social Maria Luiza Tambellini, que retrata como o modelo de cidade-empresa foi seguido à risca, deixando um legado de desrespeito à legislação e a propagação das apropriações privadas dos espaços públicos. Por outro lado, articulações da sociedade civil organizada foram realizadas e tendem a permanecer mesmo após o final do evento.

Esta edição conta ainda com uma entrevista com Cléa Folly, moradora da comunidade Canal do Anil, situada ao lado da Vila Pan-Americana. A remoção desta comunidade estava prevista no contrato de construção da Vila, mas com muita luta e apoio de diversos movimentos sociais, a resistência tem prevalecido e esta ameaça tem perdido força. Seu depoimento revela como a construção da Vila do Pan, financiada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador contrasta com a comunidade ao lado, carente de investimentos públicos.

A professora Inalva Mendes, moradora da comunidade Vila Autódromo, também ameaçada de remoção, revela o sentimento de exclusão por parte daqueles que moram no

entorno das instalações construídas para os Jogos. Nesses espaços, além da frustrada esperança de que o Pan traria benefícios em termos de saneamento e habitação, há também o avanço da exploração imobiliária sobre a terra já ocupada.

O último texto de autoria de Júnior Perim, coordenador do programa Crescer e Viver, desmascara a política de “saneamento social” durante os Jogos Pan-americanos promovida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão vinculado ao Ministério da Justiça em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É colocado com muita clareza que a solução encontrada para o problema da população de rua é varrê-lo para debaixo do tapete enquanto os olhos estão voltados para o grande acontecimento da cidade. Passados os 15 dias de Jogos, tudo voltará ao “normal” e teremos apenas mais uma promessa de campanha.

Esta edição do Informativo PACS vem contribuir para a criação de um senso crítico em torno dos grandes eventos e seus impactos nas cidades-sede. O Pacs integra o Comitê Social do Pan desde sua criação, em 2005, juntamente à associações de moradores, movimentos populares, organizações não governamentais e unidades acadêmicas. Os materiais produzidos, as articulações formadas, os eventos e manifestações organizadas estão registradas e podem ser verificadas na página virtual do Comitê Social do Pan (<http://br.geocities.com/fporj/>). O apoio popular recebido demonstra que o modo como este Pan foi implementado não agradou a todos. O porquê disto pode ser percebido pelo leitor através dos textos aqui expostos.

Considerando este outro lado do Pan, omitido muitas vezes pela grande mídia, as promessas não cumpridas, todas as irregularidades e a falta de transparência configuram “*o Pan que teremos!*”. Tudo isto fica como uma lição a ser aprendida para os próximos eventos, como a provável Copa do Mundo em 2014 e uma possível Olimpíada em 2016. Novas promessas virão e não poderemos ficar na janela vendo a banda passar. ☹

*Economista do Pacs e coordenador do Comitê Social do Pan.



Considerando os legados dos Jogos Pan-americanos 2007

Maria Luiza Testa Tambellini*

Em primeiro lugar, deve-se esclarecer o entendimento e o alcance do que são legados, e permitir a compreensão de que regularmente vem se colocando apenas noções parciais e pragmáticas, ao contrário de uma reflexão mais abrangente.

Legados são apropriações que se fazem das heranças que passam de pessoas a pessoas, de gerações a gerações, dos bens materiais e imateriais, da totalidade daquilo que a sociedade produz. Isso quer dizer que essas apropriações envolvem os movimentos históricos, culturais, sociais, econômicos e ideológicos existentes.

Assim sendo, esses legados, e suas apropriações, demonstram o modo pelo qual a sociedade propõe, de maneira geral, seus projetos de classe. Isso fica evidente na ocupação dos territórios, na distribuição das riquezas, na construção das desigualdades sociais e nas concepções ideológicas.

Os legados dos Jogos Pan-americanos de 2007 demonstram claramente o mundo da globalização em que vivemos. A cidade-empresa precede e ritualiza todas as

Fica evidente que os valores embutidos dão continuidade ao descaso com as necessidades e direitos do ser humano

ações, transformando-a no cenário mais que perfeito do consumo, das regulações do mercado e das trocas exigidas por esse modelo.

Considerando que os legados são apropriações também imateriais, fica evidente que os valores e concepções aí embutidos realizam a continuidade do processo, da forma autoritária de governar e do descaso com as necessidades e direitos à dignidade de todo e qualquer ser humano.

Haja visto a opção privatizante dos equipamentos esportivos, que permitirão às empresas o uso desses locais por 20 anos ou mais, explorando-os com todas as vantagens comerciais e seus lucrativos negócios, e as dívidas do setor público, que serão pagas pela população com impostos e taxas, seja do governo do Município, do Estado ou da União, por um período extenso, sacrificando principalmente as populações mais pobres, quanto aos novos investimentos em políticas públicas e sociais. Essa situação agravará ainda mais o colapso em que se encontram a educação, a saúde, a habitação, o saneamento e a manutenção da cidade, atualmente vivendo nível precário de qualidade de vida.

A maneira como se trata da questão ambiental e patrimonial contribuem com a noção de que as leis não sejam cumpridas. Note-se o caso do Estádio de Remo e da Marina da Glória, bens tombados pelo patrimônio e com projetos que não cumprem as exigências de meio ambiente, ensejando ações judiciais por parte da sociedade civil para que os locais sejam preservados.



Existe ainda o Decreto 24 227 de 20 de maio de 2004, que estabelece as metas da Agenda Social-Rio, com propostas de programas e projetos para os seguintes grupos populacionais: Crianças e Adolescentes, Jovens, Idosos, Mulheres e Gênero, Portadores de Deficiência e População em Extremo Risco Social, com IDH-2001 abaixo de 0,800, com 43 metas a serem cumpridas. Essa Agenda é quase desconhecida pela população e ficou, praticamente, só na intenção, pois nas buscas efetuadas encontrou-se um mínimo de resultados.

Por outro lado, o tratamento dado às populações pobres, principalmente no entorno dos equipamentos esportivos e da Vila do Pan, mostra o descaso com a situação histórica da cidade e suas ocupações. Por iniciativa do Executivo e respaldada em votações na Câmara de Vereadores, foi constituída uma nova legislação para as áreas localizadas na Zona Oeste e no bairro do Engenho Novo, que permitem usos urbanísticos com preponderância à verticalização, pela implementação de gabaritos que certamente forçarão a exclusão das populações que, historicamente, construíram suas vidas nesses espaços. A proposta é a da remoção, com pagamento mínimo aos moradores, que se vêem na condição de retorno à situação anterior, de ocupar outros espaços, pela não existência de uma Política Habitacional concreta e duradoura para “os de baixo”.

Por fim, a defesa que o Ministério Público tem realizado pelos interesses coletivos da cidade vem demonstrando o quanto é importante solidificar essa troca, que tem trazido vitórias importantes às lutas encaminhadas pela sociedade civil.

Uma última consideração deve ser feita em relação ao caráter contraditório desse processo, que cria os mecanismos de luta pelos direitos e necessidades, que propõe a Ética como fundamento de toda ação humana, em atitude e ação diversas das percebidas nos processos verticais de apropriação desses bens materiais e imateriais constantes das agendas dos Jogos Pan-americanos. ☺

* Comitê social do Pan e Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O ensaio do Pan sobre a invasão e a expulsão

Reportagem: Márcia Danielli

Subindo a Serra de Jacarepaguá, a paisagem é revigorante para quem enfrenta um trânsito de 1 hora desde o Centro do Rio de Janeiro até lá. Os olhos chegam a estranhar o verde que acompanha até a descida da Serra, e o corpo respira o sabor dos outros ares da região oeste. Olhando à direita do caminho, sob um branco neblinoso no céu, é possível reconhecer os esboços da cidade olímpica em fase de acabamento para os Jogos Pan-americanos. Antes que a percepção daquele esboço arquitetônico me leve a refletir sobre a dimensão do projeto Pan 2007, desço a Serra sem precisar o início, o meio e o fim daquela construção, e sigo rumo ao meu objetivo: encontrar-me com a líder comunitária e alfabetizadora Cléia Soeiro Folly, da Comunidade do Canal do Anil, para uma conversa sobre o risco de 542 famílias que vivem e sobrevivem às margens do córrego do Anil terem suas casas demolidas e serem obrigatoriamente removidas daquele local, para a continuidade das obras encabeçadas pelo projeto “Pan do Brasil”. As tentativas de remoção começaram desde o dia 16 de janeiro de 2007.



“Acordamos às 9:30 com um grupo de 80 funcionários da Prefeitura. Desceram direto, foram fazer [a demarcação] lá do final pra cá, que é a área que está dentro da margem do Arroio Fundo com o término do Canal do Anil [os dois canais se encontram e vão para a Lagoa de Jacarepaguá], porque se

começasse daqui pra lá ia chamar atenção, a gente ia logo interceptar. Depois de muita pressão, começou a sair no jornal que não seriam 542 casas, e sim 300; continuamos na briga, porque não é para sair ninguém. Baixaram para 150 casas, até que vieram com a proposta de remanejar 79 famílias que estariam

dentro da área mais crítica, mais molhada”. A Prefeitura alega que eles estão numa área de risco de desabamento e de proteção ambiental. No entanto, Cléia afirma haver um laudo do Iterj - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – que informa que apenas 9 famílias podem estar sob esta situação. “Não queremos que saia ninguém, se tiver realmente alguém dentro de um trecho onde tem que fazer contenção, a gente vai buscar solução para as famílias que estão ali naquele espaço”, assegura Cléia.

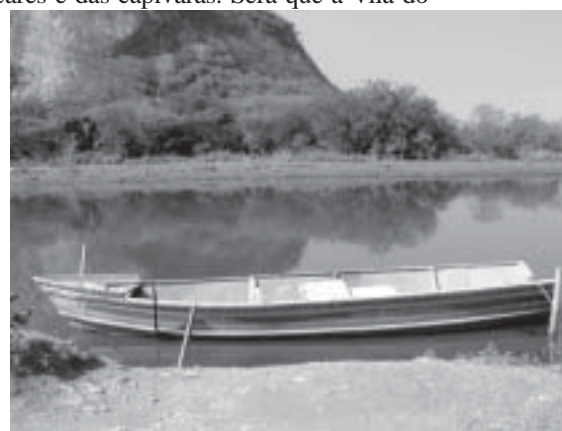
Antes mesmo de iniciar a edição desta entrevista, a notícia que passou a circular pela imprensa foi a de que a Prefeitura havia desistido de demolir as casas. Se assim permanece a decisão, faz-se mais do que merecida a vitória de Cléia e de toda a Comunidade, que acolhia a moradora com sorrisos e abraços de apoio, enquanto caminhávamos pela beira do canal: “Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira, né, Cléia?”, brinca confiante o morador de uma das casas demarcadas, que vive ali desde a transição da década de 1950 para 1960, quando os pescadores foram chegando e organizando a região onde constituiriam a vida e o sustento.

“Começaram a fazer aqueles ‘barraquinhos’ de pescador, foram trazendo suas famílias para mais perto da área de trabalho deles, uma área farta, não tinha tanta poluição. Em 63 [ano em que Cléia chegou na comunidade, com quase 12 anos de idade] a própria comunidade abriu rua, as casinhas de madeira foram se transformando em pequenas alvenarias, com característica bem pobre mesmo, mas com muito esforço a gente foi melhorando isso. Essa água do rio, que é poluída, preta, você via a areia, clarinha, tinha peixe que subia por esse canal aqui, a gente brincava dentro desse rio. Tem história aqui. E desde que eu vim pra cá nunca vi uma casa afundar, desabar, a não ser os momentos críticos quando tinha época de enchente. Mas eu vi a Barra da Tijuca, que era pura areia e mar, crescendo e ir encostando na gente. Essa especulação de áreas já existe há muito tempo. A gente não permite que alguém venha dizer que aqui se mora em área de risco quando se faz lá uma península dentro da lagoa, onde era o habitat dos jacarés e das capivaras. Será que a Vila do Pan não está dentro de uma área de risco, se for partir do princípio que a gente ocupou uma área de risco? Será que a Vila do Pan não está dentro de uma área de preservação ambiental, já que os jacarés e as capivaras vieram para a nossa comunidade?”

Será que a Vila do Pan não está dentro de uma área de risco, se for partir do princípio que a gente ocupou uma área de risco?



Entre a Barra da Tijuca e o Canal do Anil, o horizonte que os separa de suas realidades.



A pesca é a principal atividade econômica da comunidade.

Os movimentos sociais que vêm lutando junto com a população por um Pan verdadeiramente integrado à sociedade afirmam que já havia desde o início do projeto, no contrato entre a Prefeitura e a Agenco, empresa de construção

civil parceira no evento, uma assinatura que pleiteia a retirada das 542 famílias das margens do Canal. “Eles negaram até enquanto puderam, que não tinha nada a ver a remoção com o contrato da firma, que era uma coisa que o Ministério dos Esportes pediu. O Ministério veio em duas audiências que nós tivemos e leu que a verba que veio não foi para remover ninguém. Tivemos uma reunião com o secretário de habitação do Município, levantamos a questão e ele disse que não existe isso [de remoção no contrato]. Estamos atrás de uma cópia desse contrato”, diz Cléia, ressaltando a luta por esclarecimentos.



De um lado, a natureza insiste o seu espaço na paisagem...

Sobre a indenização que a Prefeitura propôs às famílias que seriam removidas, os valores ficaram fechados entre R\$ 2.800 a R\$ 15.000. “R\$ 2.800 dá pra uma família com 5 pessoas ir viver aonde? Comprar o quê? Se o metro quadrado em Jacarepaguá e Barra está a R\$ 4.200?” Perguntei se havia alguma proposta específica para as famílias que sobrevivem diretamente da economia local: “Eles nem discutem isso, não querem saber se aqui tem uma cultura de pesca, se a maioria das pessoas vive disso. Se discute apenas que a área é para ser desocupada porque vai passar uma via não sei de onde, que vem não sei o quê...”, indigna-se.

Da rua que seguimos é possível perceber o esquecimento da Comunidade pela Prefeitura: esgoto a céu aberto, o canal poluído, as ruas à antiga espera de serem asfaltadas. Há um posto de saúde no local, e o carro de coleta de lixo da Prefeitura parece passar por ali regularmente. Fora isto, “os danos estéticos à Cidade” que foram afirmados pelo ex-subprefeito da Barra e atual secretário de Turismo do Estado, Eduardo Paes, como causados por comunidades carentes como as do Canal do Anil, doem muito mais na saúde e no bem estar destes moradores do que nos olhos de quem não se agrada passivamente com o horizonte esquecido do outro lado de sua realidade.

Esse deveria ser um momento de integração da sociedade, de crescimento das lutas, das atividades esportivas e culturais que a gente tem dentro da comunidade?

Pergunto se Cléia e a comunidade, finalmente, são contra ou a favor dos Jogos. “Antes de janeiro estávamos aqui numa alegria, até preparando as crianças para fazerem alguma coisa. Acabou. Hoje você se entristece ao falar na festa do Pan. Esse deveria ser um momento de integração da sociedade, de crescimento das lutas, das atividades esportivas e culturais que a gente tem dentro da comunidade. Em nenhum instante nós fomos chamados para isso. Minou, veio uma ducha de água fria que ninguém quer ouvir falar na festa do Pan.”

Cléia não é moradora da região que ficou demarcada, mas diz ter comprado a briga como se estivesse morando ali. Hoje ela integra o Conselho Popular, criado para discutir e defender a população de questões como a desapropriação e a remoção de comunidades em todo o Rio de Janeiro, organizado pelo próprio povo e apoiado por órgãos como o Ministério Público de Direitos Humanos e o Iterj. Dentro das propostas do Conselho está a marcação da área ocupada no Canal do Anil como espaço de interesse social, o que impede que qualquer ação pensada em ser feita por ali não tenha antes o consentimento e a segurança de vida dos moradores. “O que fica disso tudo é o crescimento da participação das pessoas na busca por melhorias, por justiça”, completa a vitoriosa Cléia, antes mesmo de saber que o final desta história foi o alívio das famílias ameaçadas e a sua própria sensação – ao menos por enquanto – de missão cumprida.

Saio agradecendo-a pela entrevista com um abraço de apoio e o desejo da melhor conquista na busca que foi travada por aquela Comunidade, e volto a subir e descer a Serra de Jacarepaguá, retornando para o centro da cidade. Desta vez, já nem olho mais para os lados na tentativa de enxergar os limites da cidade olímpica. Penso somente no valor infinito que o ensaio sobre a invasão e a expulsão promovido pelos Jogos Pan-americanos de 2007 contribuiu para que crescesse como aprendizagem de vida e luta naquele pessoal, mesmo sem a mínima intenção.



... do outro, o descaso da Prefeitura grita a sua presença.



Os números de demarcação pintados sem permissão nas casas atestam o tratamento arrogante e invasor da Prefeitura dado às famílias.



A avareza dos Jogos Pan-americanos

Inalva Mendes Brito*

Ver os jogos do Pan 2007 como uma competição fraterna, em que todos possam partilhar das suas propagadas vantagens e benefícios, independente de classe social ou de sua importância, nos parece impossível.

Impossível, porque desde o seu modelo imposto, entendeu o povo desta Cidade que só têm mérito e só devem ser premiados pelos benefícios dos Jogos aqueles que por serem poderosos, bem sucedidos, teriam este direito natural de decidirem e escolherem a si mesmos como legítimos donos dos generosos benefícios, oriundos dos esforços dos trabalhadores e dos recursos públicos. Uma Cidade legítima apenas para aqueles que triunfam e habitam os espaços privilegiados, urbanizados, onde não há o princípio do compartilhamento e só reconhecem a legitimidade de seus direitos.

À medida que os triunfos dos lançamentos imobiliários, dos projetos e intervenções urbanísticas (que não contemplam os pobres) avançam, na outra ponta diminuem as chances das Comunidades excluídas da Cidade e as do entorno dos Jogos de reverterem o seu infortúnio social e o seu sentimento de não-aceitação. O avanço da exploração imobiliária, com a bandeira dos Jogos propagando uma virtude pública, recai sobre os trabalhadores residentes no entorno de forma desastrosa, tornando-os incapacitados de se acharem sujeitos de seus destinos, se sentindo fracos e derrotados, enquanto os poderosos afirmam a sua auto-confiança em fazer e desfazer tranquilamente, com certeza e segurança o seu jogo de poder ao afirmar a sua legítima identidade. Quanto a nós, cadastrados como pessoas “sem rosto”, sem identidade, poluidores ambientais, estéticos e visuais, com um “sub-endereço”, só um número pichado pela Secretaria de Habitação na porta dos nossos lares, não teremos lugar digno



nesta “sociedade” e neste “território” limpos: os que decidem nos empurram para “não se sabe aonde” ou para algum gueto bem distante da “Cidade dos Esportes”. Lembranças do passado nos fazem refletir sobre os tempos atuais, e o que nós não podemos aceitar como normalidade é que ninguém sensato vai se convencer de que a desordem urbana, a poluição ambiental, a violência é de responsabilidade e gosto da população; a ninguém vai se convencer de que as doenças sociais, a degradação da pessoa humana e do meio ambiente é de responsabilidade deste povo que sustenta esta Cidade e robustece a economia, enquanto ele se enfraquece física e socialmente.

Somos a favela, temos a nossa própria cultura, os nossos saberes, a nossa economia, as nossas práticas solidárias e os nossos sonhos, fornecemos mão-de-obra para a Cidade, produzimos arte, cultura, música e gente, gente do bem, com história, vergonha, mérito e generosa solidariedade, sem a avareza dos poderes da Justiça e dos políticos. Definitivamente estamos fora, excluídos dos benefícios do saneamento, do legado social dos Jogos, indesejáveis, ameaçados com a remoção, endereçados à “lata de lixo”, pois a elite auto-confiante desta Cidade precisa de mais espaço, de mais jardins, mais shoppings, praças de alimentação, cinemas, estacionamentos para carros

e barcos, luxos anunciados pela “indústria da ilusão”. O que podíamos esperar deste “grande evento” era no mínimo o direito ao reconhecimento de que nós, as Comunidades naturais do entorno, possuímos o direito humano básico: a terra, onde edificamos nossas casas, da forma que foi possível, e que na ética dos rejeitados, uma simples manifestação de ajuda solidária, um gesto de generosidade ficam retidos em nossos corações, mas, também qualquer indiferença, rejeição e violência serão registradas para sempre, como marcas feitas a ferro e a fogo.

* Professora pública, participante do MUP (Movimento União Popular) e do Comitê Social do Pan.

Crianças pobres jogadas para debaixo do tapete

Júnior Perim*

Política pública sustentável ou mobilização social em pro do bem comum – seja lá qual for a expressão empolada utilizada pelo Ministério da Justiça em seu edital de “Saneamento Social” do Rio de Janeiro, durante o Pan 2007 – nenhuma condiz com a verdade, bem mais crua e menos pomposa. Durante os Jogos Pan-americanos, os meninos pobres, pretos ou quase pretos, em especial aqueles que circulam pelos logradouros do entorno das unidades de prova, serão “limpados” da cidade e retirados do raio de visão dos que irão assistir aos jogos.

Esta decisão consta do primeiro edital do ano da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão vinculado ao Ministério da Justiça em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que convida organizações da sociedade civil do Rio de Janeiro a assinar um absurdo “pacto” pela “construção da convivência e segurança cidadã”, a começar antes do Pan e com data de término prevista para 30 de novembro de 2007, sem nenhuma garantia jurídica e institucional de continuidade.

O edital fala em políticas públicas sustentáveis e propõe que os projetos sociais interessados devem aderir a essa proposta por um período de seis meses; quem faz um trabalho sério e conhece as verdadeiras razões destas crianças estarem nas ruas sabe que o prazo proposto não dá conta de resgatar um histórico familiar de negações e violações de direitos sociais que levaram estas crianças a fazerem a trajetória de suas famílias, casas e comunidades pelas ruas do Rio.

Em outras palavras, este edital da SENASP e PNUD chama a sociedade civil para servir de “vassouras das fraturas das ruas da cidade partida”, a se transformar em “depósito” do resultado das operações realizadas pelas “kombis de pegar crianças”; ou seja, mero tapete para esconder a “sujeira” gerada pelas desigualdades que violentamente afetam as crianças e jovens em situação de rua na Cidade.

Quero aqui chamar a atenção de todas as organizações do Rio de Janeiro que efetivamente buscam promover a garantia dos direitos das crianças, adolescentes e jovens para



que lembrem-se de que Segurança Pública é um dos direitos inscritos no artigo 6 da Constituição Federal; lá estão também apostos os direitos à educação, saúde, moradia, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados. E, considerando que os direitos são indivisíveis e que o Estatuto da Criança e Adolescente não foi aplicado em sua plenitude, o legado social que o Pan deveria deixar para o desenvolvimento integral de crianças e jovens seria um amplo processo de mobilização envolvendo, além da SENASP, todas aquelas instituições públicas dos diferentes níveis de governo que tratam dos demais direitos sociais. Assim, o Estado brasileiro estaria realizando política pública com “P” maiúsculo para resolver os problemas que empurram diariamente centenas de crianças para as ruas do Rio de Janeiro.

Comparando o que pretendemos com as modalidades do atletismo: queremos que nos dêem as varas para realizarmos saltos mais altos na construção de um Rio mais justo, e não os discos que nos fazem girar num mesmo lugar do qual nunca conseguimos sair, aumentando o buraco no chão e o fosso social em que vivem os meninos e meninas pobres, pretos ou quase pretos que estão querendo esconder. ☹

* Coordenador executivo do programa social Crescer e Viver.



Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Equipe: Ana Cândida, Bruno Lopes, Eliane Macedo, Gabriel Strautman, Gustavo Vaccihi, Jussara Oliveira, Kátia Aguiar, Leilane Brito, Márcia Danielli, Maria Eduarda Quiroga, Marcos Arruda, Peter Gerhard, Robson Patrocínio, Rosana Lobato, Sandra Quintela, Terezinha Pimenta.

Estagiária: Leila Salles

Edição: Márcia Danielli 805-MTB/AL

Ilustrações: Renata Figueiredo

Foto da última página: Unicef

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Impressão: Grafthaly

Tiragem: 2.500 exemplares

Distribuição: Gustavo Vaccihi e Leilane Brito
Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares?

Fale conosco, teremos muito prazer em responder:

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609
Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

Tel/Fax: (21) 2210-2124

www.pacs.org.br - pacs@pacs.org.br - comunicacao@pacs.org.br

Utilidade Pública Federal - Port. n.º 2.476, de 17/12/2003
- D.O.U. de 18/12/2003

Conselho Municipal de Assistência Social -
inscrição n.º 620 - D.O.M. de 28/10/2003

PACS e Zona Oeste juntos, construindo a educação popular

A formação do ser humano como sujeito empoderado de sua própria vida, capaz de gerar e gerir por si a sustentabilidade, a solidariedade e o ecodesenvolvimento na produção e na distribuição de suas riquezas é a essência do projeto integrado de educação popular do Pacs e de seus parceiros na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Os cursos e as oficinas desenhadas para atender às necessidades de conhecimento e capacitação dos grupos de trabalho da região carregam o modelo de Socioeconomia Solidária como o canal para esse empoderamento. Conheça o que já aconteceu este ano e o que está para acontecer.

Oficinas de Apoio a Iniciativas da Economia Popular – Se o trabalho gera riqueza, por que não somos donos do nosso próprio trabalho?

A partir de julho, o Pacs e a Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa) oferecem uma nova edição das *Oficinas de Apoio a Iniciativas da Economia Popular*. O objetivo, como já vem sendo desde o início do projeto, em 2006, é contribuir para o aprimoramento da gestão participativa e da viabilidade econômica de grupos associativos de produção na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

A primeira etapa desta edição foi realizada com o levantamento preliminar dos grupos interessados em

participar das Oficinas, através de visitas feitas pela nossa equipe, onde foram apresentadas as propostas e verificada a possibilidade de participação dos grupos, considerando as seguintes questões: o que temos a oferecer é apropriado para estes grupos? A composição da turma será homogênea? Os grupos têm interesse em participar?

Com este levantamento, serão selecionadas dos grupos visitados 25 pessoas para compor a turma. Os temas trabalhados em sala de aula serão conceitos de viabilidade econômica e modos de gestão; custo fixo e custo variável; margem de contribuição e ponto de equilíbrio; estratégias de comercialização; coordenação sem imposição; distribuição das responsabilidades; organização do grupo com democracia; e relações de poder.

“Eu aprendi muito. Antes eu ia fazer uma blusa, comprava



o pano por R\$ 5,00; se eu vendesse por R\$ 12,00 achava que já estava lucrando, e não era nada disso. Hoje em dia, já sei definir realmente o preço. Passei isso para o meu grupo, passo para outras pessoas”, afirma a artesã Rosa Maria de Oliveira, que foi aluna das Oficinas no ano passado.

Curso Orçamento, Dívidas e Instituições Financeiras Internacionais – como é gasto o dinheiro do povo?

Durante os meses de maio e junho aconteceu o *Curso Orçamento, Dívidas e Instituições Financeiras Internacionais*, realizado pelo Pacs em colaboração com o Fórum Popular do Orçamento (FPO-RJ) e a Rede Jubileu Sul Brasil. A iniciativa teve o propósito de conscientizar os participantes – homens e mulheres da Zona Oeste do Rio, estudantes e atuantes nos movimentos populares – sobre a importância de se conhecer o Orçamento Público e seus impactos no cotidiano, trabalhando os conceitos básicos relativos ao tema, e apresentando as formas de intervenção na esfera pública. O curso apresentou também os mecanismos de pressão das Instituições Financeiras Internacionais sobre as políticas públicas, principalmente a Dívida.

“Antes havia feito o seminário [*Articulação Geração, realizado pelo Pacs em novembro de 2006*] e fiquei com vontade de me aprofundar no assunto. Quando falamos em orçamento, falamos em gastos, e não há como não reportar isto ao nosso dia a dia. É importante também sabermos para onde vão os impostos que pagamos, como eles estão sendo empregados” constatou o aluno Heraldo Lúcio, do grupo Vitória Régia, que trabalha com saúde preventiva.

Outro objetivo buscado pelo Curso foi contribuir para que os movimentos populares se articulem na perspectiva do desenvolvimento local para mudar sua realidade cotidiana. “Em alguns municípios a participação popular nas decisões de despesa das Prefeituras é estimulada. Algumas experiências de orçamento participativo obtiveram resultados bem positivos. No entanto, a formação é uma condição necessária para a participação”, ressaltam os organizadores Bruno Lopes, Maria Eduarda Quiroga e Robson Patrocínio.

Curso Mulheres e Economia – Por que não se vê o trabalho das mulheres?

A sexta edição do *Curso Mulheres e Economia* aconteceu no período de março a abril deste ano, sendo esta a segunda edição realizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Contribuindo para a articulação e transformação das mulheres na vida cotidiana, em casa, no trabalho e junto aos



movimento populares, o *Mulheres e Economia* leva para elas – mulheres dos movimentos sociais, de associações de moradores, de movimentos feministas e sindicais, e estudantes que residem ou atuam na Zona Oeste do Rio –



através de dinâmicas, leituras, atividades extra-classe e discussões em grupo, informações e conhecimentos amplos sobre o impacto das políticas econômicas em suas realidades, entendendo que a visão da economia atual e dominante é uma visão que não “enxerga” o trabalho delas e a importância desse trabalho na construção de riquezas.

Além disso, o curso aborda questões relacionadas à violência contra a mulher, desenvolvendo ao lado delas os caminhos para o enfrentamento dos desafios e para a superação dos problemas. “Para alterar esse quadro de exploração e violência contra as mulheres é necessário que elas possam se auto-organizar. Consideramos a educação popular um dos instrumentos para isso, pois promove debates, estudos, descobertas de novos saberes e releitura ou reapropriação de saberes coletivos”, enfatizam as coordenadoras do curso, Sandra Quintela e Maria Eduarda Quiroga.

Os temas trabalhados por módulo em sala de aula são conceitos básicos de economia e feminismo; conceito



de trabalho e patriarcado; políticas públicas para as mulheres; como funciona o orçamento público e a dívida; IFI's, transnacionais e as mulheres; e noções de socioeconomia solidária.

A ex-aluna Jô Portilho, do Sindicato dos Bancários-RJ, lembra do curso *Mulheres e Economia* com empolgação: “Posso garantir que é mesmo ‘show de bola’. Um gol para o nosso conhecimento de economia e movimento popular, outro gol para acabar com o preconceito de que mulheres não são capazes de ‘fazer gols’, um gol de organização e metodologia participativa, um gol de comunicação e oratória, um gol de estímulo e, acima de tudo, um gol de compromisso com a sociedade! Parece um sonho? Não é”, anima-se.

Agricultura familiar e aquecimento global: uma coisa tem a ver com a outra?

Durante os dias 17 e 18 de maio, o Pacs esteve no município de Lagoa Seca, em Pernambuco, participando do *Seminário Sobre Mudanças Climáticas: Desafios e Oportunidades para a Agricultura Familiar*. O evento serviu para discutir o acesso de possíveis benefícios através da implementação do MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - para a agricultura familiar, pela estreita relação desta com a questão climática. Desenhado para o comércio de RCEs (Reduções Certificadas de Emissões) entre países industrializados e países em desenvolvimento, o MDL surgiu no contexto do Protocolo de Quioto da CQNUMC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima), estabelecido na Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, realizada no Rio de Janeiro. Na agricultura familiar são implementadas experiências que contribuem para o combate ao aquecimento global e às diversas formas de agressão ao meio ambiente.

Segundo o educador popular do Pacs, Robson Patrocínio, o encontro não só conseguiu dar conta do objetivo como foi além do proposto. “O Seminário promoveu um processo de informação e troca de experiências sobre serviços ambientais e mudanças climáticas, seus impactos e sua relação com a agricultura familiar, no sentido de estimular ações pró-ativas para o fortalecimento desta. Houve a participação de instituições não-governamentais, do governo, das universidades, de representantes da agricultura



familiar. O encontro tratou de um tema que está sendo neste momento pautado por aqueles que são os maiores responsáveis pelo aquecimento do Planeta. O encontro também ganhou em dimensão por ter sido veiculado na grande mídia”, conta.

O Pacs vem incluindo a questão climática do Planeta no cerne de suas atividades através da Socioeconomia Solidária, que defende um modelo de ecodesenvolvimento centrado na reprodução da vida, em todas as suas dimensões, para além do mercado e do lucro. “Acredito que os temas trabalhados pelo Pacs como as Trocas Solidárias e o Orçamento Público contribuíram para Seminário. Também os nossos instrumentos educativos, como as fotonovelas *Consuma que eu te devoro* e *Água tem dono?*, serviram de maneira informativa e formativa para o desdobramento da temática do evento. Experiências vividas por nós como a da Rede Ecológica, que trabalha procurando aproximar campo e cidade, também foram levadas para a plenária”, completa Robson.

Outro destaque no Seminário foi o lançamento da publicação “Agricultura Familiar e Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. É Possível?”, dos autores Conor Fox, Guillermo Gamarra-Rojas, José Rego Neto e José Aldo dos Santos. “Um encontro leve e muito objetivo”, termina neste raciocínio o nosso educador.